



## Os diferentes enfoques do conhecimento na educação

### The different approaches to the knowledge in education

Marco Antonio de Moraes  
marcoraes@bol.com.br

---

**Resumo:** Este artigo analisa os diferentes aspectos do conhecimento na educação do ser humano. Ancorado em determinada concepção do que seja conhecimento sob a perspectiva do processo de ensino na escola, o trabalho analisa os conteúdos de diferentes discursos que avaliam a importância do ato de conhecer para o homem e para a sociedade em que está inserido. A partir de um contexto, destaca determinadas questões socioeconômicas e políticas que estão relacionadas com as diferentes maneiras de se apropriar e aplicar o conhecimento socialmente produzido.

**Palavras-chave:** conhecimento, escola, sociedade do conhecimento, mercado, mídia.

**Abstract:** This article analyzes the different aspects of the knowledge in the education of the human being. Anchored in determined conception of what knowledge is, through the perspective of the process of education in the school, this work analyzes the contents of different speeches that evaluate the importance of the act of knowing for man and the society where he is inserted. From a context, it detaches social-economic questions and politics that are related with the different ways of appropriating and applying the socially produced knowledge.

**Key words:** knowledge, school, society of the knowledge, market, mass media.

---

### Iniciando a reflexão

A escrita é um dos marcos iniciais da história do homem. A representação gráfica elaborada pelo ser humano marca sua nova relação com o mundo e com seus semelhantes. O *Homo sapiens* agora registra e faz sua própria história, atua sobre a natureza e começa um processo de divisão social do trabalho que se intensificará após a Revolução Industrial.

Na evolução da humanidade surge a escola, instituição que se torna principal responsável pela alfabetização das crianças e jovens, que futuramente passarão a depender desse conhecimento para, inclusive, trabalhar.

O domínio da leitura e da escrita, que dá acesso ao uso de uma determinada linguagem, é um importante passo para o aprimoramento das interações entre os homens e das re-

presentações do mundo (da realidade). É através dos discursos e textos que os homens passam a se comunicar, refletindo sua cultura, as ideologias e o jogo do poder, resultantes das diferentes e conflitantes condições materiais de existência dos seres humanos numa determinada sociedade.

Todo o conhecimento que agora é expresso e difundido por diferentes formas de linguagem<sup>1</sup>, pode

---

<sup>1</sup> As diferentes linguagem engloba todas as formas utilizadas para a comunicação humana inclusive as multimídias atuais.





ser guardado, armazenado e difundido. Conhecer tornou-se, mais do que nunca, poder. Nesse contexto, a escola torna-se a instituição por excelência, onde o conhecimento, linguagens e, conseqüentemente, as representações sistematizadas da relação homem/mundo vão ser socializadas. É no processo educativo que a escola colabora para que seus alunos participem ativamente na construção social da realidade em que se encontram inseridos.

O desenvolvimento do pensamento científico<sup>2</sup> e da tecnologia por ele gerado, deu poder ao homem sobre a natureza, produzindo em grande escala inúmeros bens. Esses produtos geram riqueza e miséria entre os homens e os Estados, além de graves problemas ecológicos. O homem, com seu conhecimento científico, luta contra a morte, mas não elimina a fome; proporciona bem-estar para a minoria em detrimento da maioria. Contudo os “donos do poder”<sup>3</sup> dizem que a escola é para todos, mas que tipo de educação escolar? Para quê? Qual a importância do conhecimento (re)construído<sup>4</sup> na escola?

A instituição escolar trabalha principalmente com o saber científico, realimentado pelas descobertas da ciência que oxigenam os conteúdos das disciplinas/matérias ensinadas aos alunos. É essa representação, por excelência, que paupará o entendimento e esclarecimento do estudante na sua vida e no mundo.

Atualmente, ciência e processos produtivos estão intensamente relacionados e influenciam todos os tipos de trabalho, inclusive o da escola. O conhecimento passa a ter cada

vez mais valor, e a educação escolar torna-se um elo importante no sistema produtivo, visto que passa a formar também trabalhadores, tornando-se qualificadora de mão-de-obra.

Esse processo marca também o início da luta pela escola pública<sup>5</sup>, que, além de instrumentalizar o trabalhador, ainda hoje visto como capital humano<sup>6</sup>, procura formá-lo também para o exercício da cidadania.

Diante desses fatos o que significa a o conhecimento para o ser humano? Que tipo de sociedade estamos construindo e legitimando?

## O conhecimento e a sociedade

Utilizaremos o conceito conhecimento como significando a procura pelo saber, o ato de conhecer, ou seja,

“Função ou ato da vida psíquica que tem por efeito tornar um objeto presente aos sentidos ou à inteligência. Apropriação intelectual de determinado campo empírico ou ideal de dados, tendo em vista dominá-los e utilizá-los. O termo “conhecimento” designa a coisa conhecida quanto o ato de conhecer (subjeto) e o fato de conhecer” (Japiassú, 1996, p. 51).

Para o educador Luís Paulo Leopoldo Mercado (1995):

“O conhecimento é importante e se torna instrumento de poder. Esse poder vai ser atingido na medida em que se conhece e se discute, a partir do meu cotidiano, que é aquilo que está mais próximo da realidade. Quanto mais nós conhecemos o mundo, melhor estaremos preparados para um vínculo de atuação como cidadão.”  
“[...] Para entender a questão do conhecimento, é preciso que exista uma

unidade entre o objetivo e o subjetivo no ato de conhecer. A realidade concreta nunca é dado objetivo apenas, mas é também a percepção que dela se tenha. A educação deve oportunizar a captação crítica dos dados e das relações causais e circunstanciais da realidade, o que define um posicionamento a respeito da validade e dos critérios de seleção dos conteúdos a serem abordados e discutidos.”

“[...] Entende-se aqui por conteúdos válidos aqueles que ajudam as pessoas a compreenderem a realidade buscando sua transformação, utilizando-os como instrumento para essa transformação (www.cedu.ufal.br/revista).”

Saber pensar começa sempre pela capacidade de problematizar, porque, segundo Demo (2000b, p. 48-52), é a forma inteligente de desproblematizar.

“[...] o que temos que aprender na e da vida não é propriamente a resolver os problemas, mas a administrá-los com inteligência. Primeiro, deve-se reconhecer que, dialeticamente falando, toda realidade é problemática, não porque contenha defeito, mas porque é dinâmica, precisamente dialética. Segundo, nem todos os problemas teriam solução, porque sequer saberíamos apontar a todos e menos ainda dar conta de todos. Terceiro, cada solução nova também inventa novos problemas. Quarto, a realidade sem problemas não seria real. Quando nos colocamos, por exemplo, o desafio da educação flexível e que sabe aprender sempre, temos em mente jamais uma realidade devassável, plana, linear, mas outra complexa, dinamicamente problemática, maior que nossa cabeça, nossas teorias e práticas.”

“[...] Nesse sentido, a aprendizagem está principalmente na habilidade de estabelecer conexões, revê-las, refazê-las. A adaptação deixa de ser algo pas-

<sup>2</sup> A partir das mudanças renascentistas, o pensamento científico se desenvolve, principalmente, nos séculos XVI e XVII, culminando em seguida com o Iluminismo.

<sup>3</sup> Pessoas ou grupos que atualmente detêm o controle das decisões nas áreas político-econômicas e dos meios de comunicação.

<sup>4</sup> Pedro Demo (2000a), em entrevista ao *Jornal do Brasil* (08/10/2000), diz que prefere usar a palavra “re-construtivismo”. Na sua opinião “as pessoas não constroem conhecimento; elas, na verdade, reconstróem, a partir do que já existe e já se sabe”. E acrescenta que é preciso não só reconstruir conhecimento, mas “também forjar o sujeito capaz de ser o dono do seu conhecimento, ser autônomo em seu conhecimento”.

<sup>5</sup> A Revolução Industrial, articulada às idéias liberais, cria condições para a instituição da escola pública que, mais que uma questão de cidadania, foi também o atendimento aos interesses econômicos.

<sup>6</sup> Habilidades e competências, em seus aspectos objetivos e subjetivos, que valorizam a formação da pessoa enquanto mão-de-obra.





sivo para tornar-se uma obra de reconstrução permanente, dinâmica entre sujeitos que se influenciam mutuamente.”

Conhecer é mais que ter informações, é ter capacidade de, a partir dos dados obtidos (informações) acerca de um fato ou objeto, analisar com autonomia e discernimento. O processo do conhecer dá condições de se refletir sobre as informações que se tem, e até de ir além dos dados que se tem, fazendo inferências baseando-se no que já se sabe.

A visão de uma sociedade do conhecimento aparece, em 1959, nos Estados Unidos, no livro de Peter Drucker intitulado *The Landmarks of Tomorrow*. Nas duas décadas seguintes, vários sociólogos elaboram uma interpretação da sociedade em que vivem, gerando uma teoria sobre a “sociedade pós-industrial”. O pensador mais conhecido dessa abordagem foi o sociólogo Daniel Bell, que divulgou suas idéias através da obra *The Coming of Post-Industrial Society*, em 1973.

A sociedade do conhecimento é resultado de várias transformações que se articulam e provocam mudanças em toda a sociedade, seja na sua estrutura, seja no seu funcionamento. Essa nova sociedade, caracteriza-se pela automação do trabalho, pelo crescimento generalizado na indústria de serviços, pela redução no tamanho das grandes empresas, por uma mudança na força de trabalho com crescimento acentuado da participação das mulheres, por transformações demográficas substanciais causadas pela queda na taxa de nascimento, pela substituição do centro geográfico da economia, antes concentrado em matérias-primas e bens de capital, para se concentrar em informação e conhecimento (particularmente pesquisa e educação). Os processos produtivos utilizam robôs e o sistema de comunicação é individual e ilimitado através de meios eletrônicos.

Surge uma nova economia em que o conhecimento pode ser difundido, auto-reproduzido, substituído, transportado e compartilhado.

Nas sociedades mais avançadas – os países desenvolvidos – as transformações foram provocadas, principalmente, pelo impacto combinado de uma “revolução tecnológica” baseada em tecnologia de informação/comunicação, com a formação de uma economia global e com um processo de mudança cultural. O conhecimento e a informação, nessas sociedades, se converteram em elementos fundamentais de geração de mais riqueza e poder.

O conceito de sociedade da informação ajusta-se bem à tradição liberal e à noção de progresso, típicas das nações ocidentais. Mantém-se a fé no iluminismo, na racionalidade e no progresso à moda do capitalismo. E, na medida em que o acúmulo do conhecimento, alicerçado pela ciência e tecnologia, é equiparado à maior eficiência e liberdade, permite-se, com essa visão, o fortalecimento de correntes de pensamento com características neopositivistas.

Por outro lado, para alguns pensadores, a sociedade do conhecimento é mais um elo na lógica do capital. O termo “sociedade do conhecimento” leva a crer que o mundo está caminhando para a democratização do conhecimento e a igualdade de acesso às informações. E, ao mesmo tempo, tende a mascarar a sutileza da exploração ou extração da mais-valia dos trabalhadores num mundo que se tecnologiza e, paralelamente, exclui uma parte considerável dos trabalhadores.

A lógica do capital humano aparece agora sob a forma de domínio do conhecimento, que não liberta, mas dá a falsa sensação de segurança diante do mercado. Poderíamos dizer que é a formação de um cidadão informado, mas não politizado, no

sentido da consciência para si<sup>7</sup>. O conhecimento é tratado de forma fragmentária, sem história e como mercadoria.

Para polemizar esta questão, Duarte (2001, p. 39) diz que o conceito de sociedade do conhecimento não representa uma nova sociedade e que o capitalismo não mudou. Para ele, significa “uma ideologia produzida pelo capitalismo, é um fenômeno no campo da reprodução ideológica do capitalismo”. Nesse sentido, a sociedade do conhecimento é a nova ilusão produzida pelo capitalismo atual, que tem como função enfraquecer as críticas feitas ao sistema econômico, direcionando os protestos para outros campos da atividade humana.

Duarte (2001, p. 39-40) destaca cinco ilusões da chamada “sociedade do conhecimento”:

**PRIMEIRA ILUSÃO:** O conhecimento nunca esteve tão acessível como hoje, isto é, vivemos numa sociedade na qual o acesso ao conhecimento foi amplamente democratizado pelos meios de comunicação, pela informática, pela Internet etc.

**SEGUNDA ILUSÃO:** A capacidade para lidar de forma criativa com situações singulares no cotidiano ou, como diria Perrenoud, a habilidade de mobilizar conhecimentos, é muito mais importante que a aquisição de conhecimento teóricos, especialmente nos dias de hoje, quando já estariam superadas as teorias pautadas em metanarrativas, isto é, estariam superadas as tentativas de elaboração de grandes sínteses teóricas sobre a história, a sociedade e o ser humano.

**TERCEIRA ILUSÃO:** O conhecimento não é apropriação da realidade pelo pensamento mas, sim, uma construção subjetiva resultante de processos semióticos intersubjetivos nos quais ocorre uma negociação de significados. O que confere validade ao conhecimento são os contratos culturais, isto é, o conhecimento é uma convenção cultural.

<sup>7</sup> Consciência de seus próprios interesses, da sua condição no mundo, da clareza dos procedimentos na conquista dos seus objetivos.





QUARTA ILUSÃO: Os conhecimentos têm todos o mesmo valor, não havendo entre eles hierarquia quanto à sua qualidade ou quanto ao seu poder explicativo da realidade natural e social.

QUINTA ILUSÃO: O apelo à consciência dos indivíduos, seja através das palavras, seja através dos bons exemplos dados por outros indivíduos ou por comunidades, constitui o caminho para a superação dos grandes problemas da humanidade. Essa ilusão contém uma outra, qual seja, a de que esses grandes problemas existem como consequência de determinadas mentalidades. As concepções idealistas da educação apóiam-se todas nessa ilusão. É nessa direção que são difundidas atualmente pela mídia certas experiências educativas tidas como aquelas que estariam criando um futuro melhor por meio da preparação das novas gerações. Assim, acabar com as guerras seria algo possível através de experiências educativas que cultivem a tolerância entre crianças e jovens. A guerra é vista como consequência de processos primariamente subjetivos ou, no máximo interj-subjetivos.

As ilusões apresentadas representam equívocos ou armadilhas ideológicas que são aceitas por muitos intelectuais no Brasil, sem maiores questionamentos. O problema é que poucos se questionam sobre a exclusão que também existe nesse tipo de sociedade, que é vista por muitos como a solução para esse e outros tipos de injustiça social.

Nesse sentido, Duarte (2001, p. 40) alerta dizendo que é “preciso, porém, estar atento para não cair na armadilha idealista que consiste em acreditar que o combate às ilusões pode, por si mesmo, transformar a realidade que produz essas ilusões”. Ou seja, é necessário transformar a realidade que precisa dessas ilusões para se perpetuar.

No contexto das transformações do capital e da ciência articulados às mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação, Chauí (2003, p. 5) faz críticas à “sociedade do conhecimento”, “na qual o valor mais

importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos”.

Para explicar criticamente o que vem a ser sociedade do conhecimento, Chauí diz que:

“Ao se tornarem forças produtivas, o conhecimento e a informação passaram a compor o próprio capital, que passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. Na medida em que, na forma atual do capitalismo, a hegemonia econômica pertence ao capital financeiro e não ao capital produtivo, a informação prevalece sobre o próprio conhecimento, uma vez que o capital financeiro opera com riquezas puramente virtuais cuja existência se reduz à própria informação. Entre outros efeitos, essa situação produz um efeito bastante preciso: o poder econômico se baseia na posse de informações e, portanto, essas se tornam secretas e constituem um campo de competição econômica e militar sem precedentes, ao mesmo tempo em que, necessariamente, bloqueiam poderes democráticos, os quais se baseiam no direito à informação, tanto o direito de obtê-las como o de produzi-las e fazê-las circular socialmente. Em outras palavras, a assim chamada *sociedade do conhecimento*, do ponto de vista da informação, é regida pela lógica do mercado (sobretudo o financeiro), de sorte que ela não é propícia nem favorável à ação política da sociedade civil e ao desenvolvimento efetivo de informações e conhecimentos necessários à vida social e cultural” (Chauí, 2003, p. 5).

Nesse contexto, o homem tem mais acesso à informação, mais ciência e tecnologia a seu dispor, porém cobram-lhe mais conhecimento. Precisa trabalhar e estudar cada vez mais, para competir e não ser excluído do mercado. E necessita lutar todo dia contra as injustiças sociais para manter sua condição de cidadão frente ao Estado. Analisando esses problemas, Leonardo Boff nos diz o seguinte:

“A sociedade contemporânea, chamada sociedade do conhecimento e da comunicação, está criando, contradi-

toriamente, cada vez mais incomunicação e solidão entre as pessoas. A Internet pode conectar-nos com milhões de pessoas sem precisarmos encontrar alguém. Pode-se comprar, pagar as contas, trabalhar, pedir comida, assistir a um filme sem falar com ninguém. Para viajar, conhecer países, visitar pinacotecas não precisamos sair de casa. Tudo vem à nossa casa via *on line*.”

“A relação com a realidade concreta, com seus cheiros, cores, frios, calores, pesos, resistências e contradições é mediada pela imagem virtual que é somente imagem. O pé não sente mais o macio da grama verde. A mão não pega mais um punhado de terra escura. O mundo virtual criou um novo habitat para o ser humano, caracterizado pelo encapsulamento sobre si mesmo e pela falta do toque, do tato e do contato humano.”

“[...] O sintoma mais doloroso, já constatado há décadas por sérios analistas e pensadores contemporâneos, é um difuso mal-estar da civilização. Aparece sob o fenômeno do descuido, do descaso e do abandono, numa palavra, da falta de cuidado” (Boff, 1999, p. 11 e 18).

A partir dessas questões destacadas por Leonardo Boff, podemos concluir que a nova era da sociedade do conhecimento tem prós e contras. Ela traz soluções e facilidades, mas também gera novos problemas, além de não ter conseguido resolver os problemas sociais históricos e típicos do modo de produção capitalista, que, apesar das inovações, continua gerando e mantendo injustiça e desigualdade.

Será que quando as pessoas falam em conhecimento querem dizer a mesma coisa? Qual será o sentido do que se aprende na escola?

## O conhecimento e a escola

Nessa sociedade da informação/conhecimento as pessoas devem pensar. Vão para a escola para aprenderem a refletir com fundamentação, para viverem de modo a tornar o

mundo melhor para todos. Porém, sabemos que nem toda informação esclarece e nem é conhecimento, pois a reunião de vários dados sobre determinado assunto não se torna automaticamente conhecimento. São apenas informações, dados sobre uma determinada realidade ou objeto. Para se elaborar conhecimento, é preciso articular e sistematizar essas informações sobre o que se quer conhecer. Também é necessário saber, a partir dos elementos que se possui, analisar e criticar. Não se pode esquecer dos aspectos contraditórios, pois o ato de conhecer, é dinâmico e muitas vezes contraditório, é um processo também dialético. É preciso ter cuidado, pois os interesses ideológicos se fazem presentes e seduzem os sedentos de informações, que podem cair na armadilha da lógica formal. Pois nem tudo que se encaixa, numa relação direta, que tem causa e efeito, desvelando-se de modo fácil, convincente e objetivo, é verdadeiro.

O conhecimento – ter ciência – leva o homem a se posicionar diante do objeto de estudo e, a partir dessa relação, a ter consciência dos pensamentos que fundamentam suas ações. O acesso ao processo do conhecer leva à vivência com ciência, à ação com consciência<sup>8</sup> que permita ao homem o olhar diferente – pensar, sentir, imaginar e criar –, ou seja, ver além do que se mostra ou se permite descobrir.

A escola, na sociedade de conhecimento, sofre a concorrência de diversas instituições, principalmente da mídia, no que tange ao processamento e transmissão de informações. Entretanto, o ensinar a aprender e o que fazer com o que se sabe ainda é uma das funções primordiais da educação escolar. Nesse aspecto, a escola – instituição milenar – ainda desempenha uma

função social imprescindível para a sociedade atual.

No Brasil, a questão do conhecimento pode ser destacada da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394, de 20/12/1996) no que se refere aos diferentes níveis de ensino. No que diz respeito ao ensino fundamental, que tem por objetivo a formação básica do cidadão, a educação ocorrerá mediante:

- I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores (art. 32).

A LDB diz que o ensino médio deverá consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos, dando o preparo básico para o trabalho e para o exercício da cidadania do educando, “para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Isso possibilitaria “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”, além da “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática” (art. 35).

Podemos perceber que nos dois níveis de ensino o conhecimento e o processo de aprendizagem, são vistos de modo complexo, sendo levados em conta vários aspectos: objeti-

vos, subjetivos, individuais, coletivos, sociais, econômicos, político-culturais e éticos. Com a educação que o aluno recebe na escola, espera-se que seja formado o cidadão, isto porque deverá estar preparado para participar, ser crítico e criativo, continuando no processo de aprendizagem, isto é, dominando novos conhecimentos. E, também, estar preparado para as mudanças, ser um trabalhador com flexibilidade, ou seja, adaptar-se às novas condições de trabalho e às novas exigências do mercado.

A mesma lógica aparece no capítulo IV da LDB, que trata da educação superior e tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimentos, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade (art. 43).

<sup>8</sup> Consciência é o conhecimento de algo partilhado com alguém. A percepção imediata mais ou menos clara, pelo sujeito, daquilo que se passa nele mesmo ou fora dele. (sinônimo de consciência psicológica). A consciência *espontânea* é a impressão primeira que o sujeito tem de seus estados psíquicos. Difere da consciência *reflexiva*, ou seja, do retorno do sujeito a sua impressão primeira, permitindo-lhe distinguir o seu Eu de seus estados psíquicos. *Campo de consciência* é o conjunto dos fatos psíquicos presentes na consciência do indivíduo (Japiassú, 1996, p. 51).

Podemos observar que, nesse nível de ensino, o conhecimento tem uma estreita relação com a ciência e a tecnologia; está relacionado com a profissionalização e mais próximo dos interesses do mercado. O conhecimento que se elabora, através das atividades pedagógicas, é muito mais que a sistematização dos conteúdos específicos das várias disciplinas que compõem o currículo escolar.

As Diretrizes Curriculares Nacionais são outros documentos importantes e que melhor explicitam e confirmam o que já foi dito sobre como é vista e contextualizada a questão do conhecimento no processo de ensino escolar. A Resolução nº 2, de 07/04/1998, da Câmara de Educação Básica, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental, estabelece, para as ações pedagógicas, os seguintes princípios norteadores:

- a) os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum;
- b) os princípios dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática;
- c) os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais (art. 3º, inciso I).

Com relação ao Ensino Médio, a Resolução nº 3, de 26/06/1998, da Câmara de Educação Básica, do CNE, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para esse nível de ensino, estabelecendo a organização curricular da escola orientada a partir dos valores defendidos pela LDB – valores “fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”, e que “fortaleçam os vínculos de família, os laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca”. As diretrizes para o ensino médio abrangem, também, os seguintes princípios:

I - a Estética da Sensibilidade, que deverá substituir a da repetição e padronização, estimulando a criatividade, o espírito inventivo, a curiosidade pelo inusitado, e a afetividade, bem como facilitar a constituição de identidades capazes de suportar a inquietação, conviver com o incerto e o imprevisível, acolher e conviver com a diversidade, valorizar a qualidade, a delicadeza, a sutileza, as formas lúdicas e alegóricas de conhecer o mundo e fazer do lazer, da sexualidade e da imaginação um exercício de liberdade responsável.

II - a Política da Igualdade, tendo como ponto de partida o reconhecimento dos direitos humanos e dos deveres e direitos da cidadania, visando à constituição de identidades que busquem e pratiquem a igualdade no acesso aos bens sociais e culturais, o respeito ao bem comum, o protagonismo e a responsabilidade no âmbito público e privado, o combate a todas as formas discriminatórias e o respeito aos princípios do Estado de Direito na forma do sistema federativo e do regime democrático e republicano.

III - a Ética da Identidade, buscando superar dicotomias entre o mundo da moral e o mundo da matéria, o público e o privado, para constituir identidades sensíveis e igualitárias no testemunho de valores de seu tempo, praticando um humanismo contemporâneo, pelo reconhecimento, respeito e acolhimento da identidade do outro e pela incorporação da solidariedade, da responsabilidade e da reciprocidade como orientadoras de seus atos na vida profissional, social, civil e pessoal (art. 3º).

As propostas pedagógicas das escolas devem incluir as seguintes competências básicas:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;

II - constituição de significados socialmente construídos e reconhecidos como verdadeiros sobre o mundo físico e natural, sobre a realidade social e política;

III - compreensão do significado das ciências, das letras e das artes e do processo de transformação da sociedade e da cultura, em especial as do Brasil, de modo a possuir as competências e habilidades necessárias ao exercício da cidadania e do trabalho;

IV - domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

V - competência no uso da língua portuguesa, das línguas estrangeiras e outras linguagens contemporâneas como instrumentos de comunicação e como processos de constituição de conhecimento e de exercício de cidadania (art. 4º).

O artigo 10, das Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, divide em três áreas de conhecimento a base comum nacional: Línguas, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Todas essas áreas objetivam a constituição de competências e habilidades específicas que permitam o desenvolvimento intelectual do educando. Nos três incisos desse artigo, é evidente a importância do ato de conhecer conjugado com a capacidade de lidar com as diferentes áreas do conhecimento, as várias línguas e a tecnologia usada como suporte nos processos comunicativos, que precisam ser decodificadas e entendidas. Reforçando essa concepção, aparecem repetidas vezes expressões como: diferentes línguas; diferentes meios de comunicação; princípios das tecnologias; tecnologias da comunicação e da informação; desenvolvimento tecnológico; diferentes tecnologias; conhecimentos científicos; desenvolvimento do conhecimento; informação na escola; processos de produ-

ção; conhecimento do indivíduo, da sociedade e da cultura; importância das tecnologias contemporâneas de comunicação e informação para o planejamento, gestão, organização, fortalecimento do trabalho de equipe; aplicação das tecnologias das ciências humanas e sociais na escola, no trabalho e outros contextos relevantes para sua vida.

Ainda tratando do mesmo tema, só que agora a partir de uma revista – *Super Interessante*, que traz na capa a manchete “Educação”, nos chama a atenção o fato de todo o conteúdo dessa edição ser destinado às questões educacionais (Guimarães, 2003). Desse material publicado, destaco das páginas 14 e 15 algumas partes das falas de três entrevistados.

Da resposta de Cristovam Buarque, então ministro da Educação, destaco o seguinte trecho: “Antes, o conhecimento era estoque. Hoje é fluxo, está em constante mutação”. Do discurso de Paulo Renato, ministro da Educação no governo anterior, faço os seguintes recortes:

“Vivemos a era do conhecimento, que evolui numa velocidade sem precedentes. A tecnologia dá saltos cada vez mais frequentes. É preciso acompanhar essas mudanças para estar inserido na sociedade. Trabalhar, consumir e participar da vida social exigem que a pessoa tenha acesso à educação permanente, ao longo da vida.”

“[...] Antes, a escola de educação básica podia pretender transmitir o conhecimento e até mesmo a ‘decoreba’ era um instrumento frequentemente utilizado. Hoje, isso não é mais possível. Nessa etapa da vida, é essencial que a escola passe a ensinar as crianças e os jovens simplesmente a aprender. Desenvolver o raciocínio, o pensamento crítico, a capacidade de pensar, eis os grandes objetivos pedagógicos da escola na era do conhecimento. Ler e escrever muito são duas velhas práticas que mais do que nunca devem estar presentes na escola.”

“[...] A interdisciplinaridade, a con-

textualização do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades e competências substituíram os velhos conteúdos de disciplinas estanques.”

“[...] É preciso que a escola passe a usar crescentemente o computador e o acesso à internet como instrumentos de acesso à informação e ao conhecimento. Isso é importante na escola privada, e mais ainda na escola pública.”

E, por fim, cito algumas passagens da fala da educadora Guiomar Namó de Mello:

“Hoje, conteúdo não é fim, mas sim meio. A escola deve preparar para conviver num clima flexível; quanto mais básicas as capacidades, melhor. É fundamental desenvolver o domínio das linguagens da tecnologia, da arte, do corpo; trabalhar em conjunto; compartilhar conhecimento; gerenciar coletivamente a informação; aprender a solucionar problemas. Conhecimento é algo social; a informação pode ser adquirida solitariamente, mas o conhecimento com significado social só existe na relação com o outro. O objetivo da educação é formar pessoas virtuosas.”

“[...] a tecnologia deve ser aplicada para levar à inteligência. E isso é uma habilidade com ou sem computador. O *humanware* é programado para usar a informação de modo inteligente, com ou sem *hardware*.”

“[...] A tendência, no mundo todo, é diminuir o número de anos da formação inicial, e estudar, reciclar, sempre.”

Da interseção entre interesses individuais e sociais e do conflito entre valores humanistas e mercadológicos resultam diferentes abordagens acerca do conhecimento trabalhado e reconstruído na escola.

Entendendo que a educação engloba a formação no sentido amplo, isto é, além do conhecimento, abrange ela também o ser humano em suas múltiplas dimensões nos diferentes aspectos de sua vida. Nesse sentido, para entendermos melhor o significado da educação no mundo de hoje, recorremos a Jacques Delors

(1998). Ele diz que, em “face dos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um trunfo indispensável da humanidade na construção dos ideais de paz, liberdade e justiça social”. No prefácio de seu Relatório para a UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura –, nos fala ainda de sua

“fê inabalável no papel indispensável da educação no desenvolvimento contínuo das pessoas e das sociedades. Não como remédio milagroso, não como um abre-te sésamo de um mundo que atingiu a realização de todos os seus ideais, mas, entre outros caminhos e para além deles, como uma via que conduz ao desenvolvimento humano mais harmonioso, mais autêntico, de modo a fazer recuar a pobreza, a exclusão social, as incompreensões, as opressões e as guerras.”

Para enfrentar os desafios da educação do século XXI, a UNESCO, através do Relatório de Jacques Delors, defende a idéia de que educar é desenvolver no ser humano quatro competências básicas:

- Competência cognitiva: aprender a conhecer.
- Competência produtiva: aprender a fazer.
- Competência relacional: aprender a viver.
- Competência pessoal: aprender a ser.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para a Educação Básica, adotados pelo MEC, seguem a mesma perspectiva e filosofia:

- Aprender a conhecer – pressupõe saber selecionar, acessar e integrar os elementos de uma cultura geral, suficientemente extensa e básica, com o trabalho em profundidade de alguns assuntos, com o espírito investigativo e visão crítica; em resumo, significa ser capaz de aprender a aprender ao longo de toda a vida.

- Aprender a fazer – pressupõe desenvolver a competência do saber se relacionar em grupo, saber resolver problemas e adquirir uma qualificação profissional.
- Aprender a viver com os outros – consiste em desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, na realização de projetos comuns, preparando-se para gerir conflitos, fortalecendo sua identidade e respeitando a dos outros, respeitando valores de pluralismo, de compreensão mútua e de busca da paz.
- Aprender a ser – para melhor desenvolver sua potencialidade e poder agir com autonomia, expressando opiniões e assumindo as responsabilidades pessoais.

É interessante observar que nos documentos da UNESCO o significado de sociedade do conhecimento está agregado ao de sociedade da informação, às novas tecnologias de informação e ao saber científico. Embora apareçam nos textos as divergências entre os interesses dos países ricos e pobres e suas diferentes necessidades, isso não é suficiente para a concretização das propostas proclamadas nos documentos visando à resolução dos problemas mundiais. O que deixa a impressão de encaminhamentos formais, de consenso diplomático, e não de indícios de ações que realmente se efetivarão.

Na Conferência de Budapeste, realizada em 01 de julho de 1999, foi elaborada a “Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico”. Deste documento destaco algumas partes do seu preâmbulo:

“Hoje, enquanto avanços sem precedentes são previstos para a ciência, há a necessidade de um debate democrá-

tico vigoroso e conscientizado sobre a produção e o uso do conhecimento científico.”

“[...] O elevar o papel da ciência visando a um mundo mais igualitário, próspero e sustentável requer um comprometimento de longo prazo de todas as partes interessadas do setor público e privado, por intermédio de maiores investimentos, da devida revisão de prioridades e do compartilhamento do conhecimento científico.”

“Grande parte dos benefícios da ciência estão distribuídos de forma desigual, como resultado de assimetrias estruturais entre países, regiões, grupos sociais e sexos. Na mesma medida em que o conhecimento científico tornou-se um fator crucial para a produção de riquezas, a distribuição dessa riqueza tornou-se ainda mais desigual. O que distingue os pobres dos ricos (seja país ou pessoa) não é apenas o fato de possuírem menos recursos, como também o fato de que estão largamente excluídos da criação e dos benefícios do conhecimento científico.”

“Nós, os participantes da Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século Vinte e Um: um Novo Compromisso, reunida em Budapeste, Hungria, de 26 de junho a 1º de julho de 1999, sob a égide da UNESCO e do Conselho Internacional para a Ciência (ICSU):

[...] Que a pesquisa científica e as suas aplicações podem produzir retornos significativos para o crescimento econômico, para o desenvolvimento humano sustentável, e para a redução da pobreza, e que o futuro da humanidade tornar-se-á mais dependente da produção, da distribuição, e do uso equitativo do conhecimento;

[...] O atual processo de globalização e o papel estratégico do conhecimento científico nesse contexto;

(...) Que a revolução da informação e da comunicação oferece novos meios muito mais eficientes de intercâmbio do conhecimento científico e de progresso na educação e na pesquisa;

[...] A importância de uma ampla abertura de acesso à informação e a dados de domínio público para a pesquisa científica e a educação.”

Na relação entre ciência, conhecimento e progresso, este documento fala da “necessidade de um forte compromisso com a ciência por parte de governos, sociedade civil, e setor produtivo, assim como um compromisso, igualmente forte, dos cientistas para com o bem-estar da sociedade”. E declara que a ciência visa ao conhecimento, ao progresso e ao desenvolvimento, e que a ciência deverá colaborar para a paz. Diz ainda:

“A inerente função do empreendimento científico é a de fazer um vasto e completo inquirimento na natureza e na sociedade que possa levar a um novo conhecimento. Esse novo conhecimento produz um enriquecimento educacional, cultural e intelectual e leva a avanços tecnológicos e a benefícios econômicos. A promoção de pesquisas fundamentais e orientadas para a solução de problemas é essencial para alcançar-se o desenvolvimento endógeno e o progresso.”

O conhecimento científico e tecnológico é visto como produtor de benefícios para a humanidade. Entretanto, esses benefícios não estão equitativamente distribuídos, aumentando a distância entre os países industrializados e os países não desenvolvidos. Além disso, a aplicação dos avanços científicos e tecnológicos, em alguns casos, tem sido a causa do deterioramento do meio-ambiente e uma fonte de desequilíbrio e de exclusão social. Os documentos mais recentes da UNESCO pregam a elevação do nível de conhecimento como forma de avançar nas análises críticas que contribuam para a harmonização das complexas interações entre a ciência, a tecnologia e a sociedade.

A Declaração de Cochabamba – Educação para Todos<sup>9</sup> – chama a atenção para a relação entre educação e desenvolvimento humano, dizendo:

<sup>9</sup> Declaração aprovada durante a VII Sessão do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para a Educação (PROMEDLAC VII), realizada em Cochabamba, Bolívia, de 5 a 7 de março de 2001, com a presença dos Ministros de Educação da América Latina e do Caribe.

“sem a educação não é possível o desenvolvimento humano. Sabidamente, a educação não pode por si mesma eliminar a pobreza, nem é capaz de criar as condições necessárias para o crescimento econômico sustentado ou o bem-estar social. Mas ela continua a ser a base para o desenvolvimento pessoal, e um fator determinante para a melhoria significativa da igualdade de acesso às oportunidades de uma melhor qualidade de vida. O que reforça a nossa convicção de que a educação é, acima de tudo, um direito fundamental de todos, e de que os Estados, por meio dos seus governos, têm a responsabilidade inalienável de transformar esse direito em realidade.”

Nesse sentido, as diversas formas de divulgação e utilização do conhecimento afetam e são afetadas pela qualidade de vida dos homens espalhados pelas diferentes nações. Isso se confirma através do conteúdo dos jornais de grande circulação no Brasil, como, por exemplo, o título da reportagem de *O Globo*, de 04/12/2002: “Pobreza atinge 54 milhões” (Pobreza..., 2002). Na reportagem, são divulgados os dados do IBGE mostrando que o número de pobres no País diminuiu, mas ainda representa 32% da população. Nessa edição, outro subtítulo: “Pobreza atinge 50% no Nordeste”. E, completando o quadro, outro título: “ONU: desigualdade no mundo cresceu”. Essa matéria jornalística descreve, de acordo com o relatório da ONU, a disparidade entre ricos e pobres e o crescimento da distância entre esses países. Chama a atenção para o aumento da pobreza. A diferença entre o rendimento *per capita* dos 20% mais ricos do mundo e o dos 20% mais pobres aumentou de 30 para 1, em 1960, para 78 para 1, em 1994.

Dando continuidade a essa análise, o jornal *Folha de São Paulo* dá

o seguinte título a uma reportagem sobre a educação no Brasil: “Brasil é penúltimo de 41 países no desempenho escolar” (Brasil..., 2003). Esse foi o resultado da pesquisa realizada pela UNESCO, mostrando que os estudantes brasileiros na faixa etária dos 15 anos têm o penúltimo desempenho em matemática e ciências e o 37º em leitura. Na média das três áreas de conhecimento, o país fica em penúltimo lugar, na frente apenas do Peru. A partir dessas informações, fica difícil pensar no papel da escola na sociedade do conhecimento diante de tantos problemas com que a educação escolar brasileira precisa lidar.

Para completar esse quadro inverso, no dia 08 de julho de 2003, três grandes jornais, baseados em dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano – IDH<sup>10</sup>, da ONU, fizeram as seguintes chamadas:

*Jornal Folha de S.Paulo*

VIDA NO MUNDO PIORA NA DÉCADA DE 90

Os anos 90 significaram retrocesso sem precedentes no desenvolvimento humano do planeta, aponta o relatório anual da ONU.

“O que mais chama a atenção é a extensão da estagnação e dos reveses, que não haviam sido vistos nas décadas anteriores”, diz o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (Dias, 2003).

BRASIL SOBE PARA 65º NO ÍNDICE QUALIDADE DE VIDA DA ONU (Duailibi e Fraga, 2003).

RELATÓRIO DA ONU CRITICA FMI E BANCO MUNDIAL. RELATÓRIO DIZ QUE POBREZA NÃO ACABA ATÉ 2015.

O relatório da ONU critica o FMI e o Banco Mundial. O PNUD aponta equívoco na estratégia dos dois órgãos para promover o desenvolvimento. O problema, na visão da ONU, está em um conjunto de dire-

trizes chamado PRSP, sigla para Estudo de Estratégia de Redução da Pobreza. Elaborado pelos governos sob orientação do FMI e do Banco Mundial, o estudo serve de guia para políticas de assistência dos dois órgãos a países mais pobres. O relatório diz que as metas traçadas deveriam ser mais ambiciosas. Os PRSPs são feitos a partir de estimativas “realistas” de investimento estrangeiro, ajuda externa e crescimento econômico (Relatório..., 2003).

*O Globo*

EDUCAÇÃO  
SEGURA O BRASIL

A despeito de integrar o time das dez nações mais desiguais do planeta, o Brasil conseguiu, em 26 anos, ganhar 16 posições e chegar em 2001 como 65 colocado na lista que compara as condições de vida em 175 países dos cinco continentes. Os resultados na educação ajudou o Brasil a melhorar sua posição no ranking (Oliveira e Rodrigues, 2003).

*Jornal do Brasil*

BRASIL REDUZ POBREZA MAS MANTÉM DESIGUALDADE. PAÍS OCUPA A 65ª POSIÇÃO NO RANKING DE DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES UNIDAS 2003. 22 MILHÕES SEM ÁGUA POTÁVEL (Gitahy *et al.*, 2003).

Uma das condições para se conseguir um bom índice de desenvolvimento humano é desenvolver a capacidade das comunidades de produzir, trocar e gerenciar conhecimentos por meio de novas tecnologias de informação e comunicação. A utilização das novas mídias digitais para a colaboração na produção de conhecimento é um objetivo estratégico, que vai além da inclusão digital no sentido habitual. Mas isso fica dificultado quando se convive lado a lado com a miséria.

Isso posto, devemos nos perguntar se estamos realmente conseguin-

<sup>10</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano foi criado originalmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB *per capita*). O índice varia de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano; países com IDH maior que 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.



do formar o ser humano para elaborar e utilizar o conhecimento em seu benefício, indo além da adaptação à sociedade em que está inserido e das exigências do mercado de trabalho. Até que ponto esses objetivos são meras pretensões, belas intenções que não se efetivam, não saem do papel? Apesar das dificuldades é preciso trabalhar para a concretização desses ideais, num processo de humanização do homem, ou de uma civilização mais humana.

Vivemos hoje num mundo capitalista e informatizado, em que há muita informação que nem sempre gera conhecimento, como já foi dito anteriormente. Nessa ótica, Paulo Freire já criticava a escola tradicional que praticava a educação bancária, preocupada em acumular muitas informações estantes na cabeça do aluno com se fosse um arquivo. Paulo Freire dizia que a educação deveria levar à conscientização do aluno. O conhecimento deveria libertar. Mas libertar de quê? Poderíamos dizer da lógica de mercado?

## O conhecimento e o mercado

Hoje se fala muito em sociedade da informação, em sociedade do conhecimento, que não deixa de ser também uma sociedade capitalista em que informação e principalmente o conhecimento, têm valor no mercado. Utilizado na produção ou no consumo, é mais um bem, um produto, uma coisa que pode ser fabricada e vendida, comprada e descartada. Nesse sentido a escola também pode produzir bens, gerar capital cultural, agregar valor ao aluno para que melhor possa competir, inserir-se no mercado e ganhar dinheiro. A extração de sua mais-valia pelo empregador, isto é, a exploração da mão-de-obra desse aluno egresso da escola ficou mais sofisticada. Portanto, cobra-se mais do/pelo trabalho pedagógico elaborado na escola, exige-se eficiência e utilidade do que se apren-

de. Até os anos de escolaridade são investimento, portanto espera-se retorno financeiro do tempo em que se ficou na escola. O conhecimento e a escola não fogem da lógica do capital e de mercado.

Os reflexos das novas tecnologias da informação e suas consequências capitalistas em termos globais podem ser evidenciados na “Declaração de Bávaro”, documento que resultou da “Conferência Ministerial Regional Preparatória da América Latina e Caribe para a Cúpula Mundial sobre Sociedade da Informação”, realizada na República Dominicana, em janeiro de 2003. Nessa reunião, que contou com a participação de representantes do governo de países latino-americanos, Caribe, dos Estados Unidos e do Canadá, foi discutido o futuro da “sociedade do conhecimento” na América Latina e Caribe. Esse evento foi uma das reuniões preliminares na preparação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação que se realizará em duas etapas: a primeira em Genebra (dezembro/2003) e a segunda na Tunísia (novembro/2005). Esse encontro foi patrocinado por Indotel, CEPAL e ITU-International Telecommunications Union, agência da ONU encarregada da Cúpula Mundial, e Banco Mundial. Entre os temas abordados destacam-se: a transição para a sociedade de informação; características dos marcos regulatórios necessários ao desenvolvimento da sociedade de informação na América Latina e Caribe; requisitos do capital humano na sociedade de informação; e o financiamento necessário para alcançar os benefícios da sociedade de informação. Segundo a declaração final de Bávaro, “a sociedade da informação é um sistema econômico e social em que o conhecimento e a informação são fontes fundamentais de bem-estar e progresso”. Ainda de acordo com esse documento, a transição rumo a uma sociedade da informação na América Latina deve ser conduzida pelos

governos “em estreita coordenação com a empresa privada e a sociedade civil”. Entretanto, sabemos que esses países historicamente sempre tiveram dificuldade de formar uma sociedade civil suficientemente organizada para fazer frente aos interesses empresariais e do mercado, principalmente quando esses não convêm aos grandes grupos econômicos dos países desenvolvidos. Essas discussões envolvem questões como patentes, direitos autorais, transferências de tecnologias, privilégios para competir nos países latino-americanos ou nos demais países periféricos (não desenvolvidos).

O que está em questão é a democratização do acesso à informação e à necessidade de criar os meios para transformar essa infinidade de dados, que correm o mundo quase que instantaneamente, em conhecimento útil para toda a humanidade, auxiliando na solução de problemas que afligem o homem.

Mas é o mercado (de trabalho e de consumo) e os interesses econômicos que exercem o poder hegemônico na utilização do conhecimento socialmente produzido. Evidente nas expressões que são cunhadas e conceitos ressignificados, como, por exemplo: economia do conhecimento, gestão da informação, gestão do conhecimento, produção de conhecimento e conteúdo, aprendizado permanente, entre outros.

A educação é muitas vezes utilizada como estratégia de formação, treinamento e seleção de recursos humanos para o mercado de trabalho, que, por sua vez, procura influir nos princípios norteadores do processo de ensino da pré-escola e até a universidade. Um exemplo é o trabalho desenvolvido pelo palestrante, instrutor e consultor em gestão empresarial Waldez Luiz Ludwig, que em sua *home-page* – <http://www.ludwig.com.br/> – diz que o seu negócio é educação corporativa e que visa ao sucesso dos clientes através da melhoria dos processos de aprendi-



zagem organizacional. Ludwig destaca a vanguarda de seu trabalho, dizendo que pesquisa a gestão do conhecimento. Seus estudos abarcam os cenários e as tendências da gestão das organizações, especialmente em temas ligados a estratégias competitivas, mercado de trabalho, criatividade e inovação, melhoria da qualidade e desenvolvimento do capital intelectual. Os itens de conteúdo de suas palestras dão uma boa idéia do enfoque e dos princípios valorativos pelos quais pauta o seu trabalho voltado para o mercado.

Itens de Conteúdo das palestras:

A informação como bem econômico: características, evolução e importância. O conhecimento como recurso competitivo e gerador de resultados. A gestão do capital intelectual como diferencial competitivo. A gestão da informação. A gestão do conhecimento. As cinco tarefas da administração do conhecimento. Principais métodos para obter conhecimentos vitais. Instrumentos do compartilhamento de conhecimento. Aprendizagem como processo gerador de valor.

Hoje, com a tecnologização provocando rápidas mudanças e a geração de novas necessidades, a utilização da produção do trabalhador vai além da apropriação de seu esforço físico e mental. Na sociedade do conhecimento apela-se para a exploração da capacidade de tomar decisões e de ser criativo no trabalho. Até o “ócio” é precioso, pois pode tornar-se inventivo. Nesse “tempo livre”, cercado por informações, o *homo-faber* é sempre estimulado a produzir novos conhecimentos que serão úteis na produção de novos bens/ idéias/mercadorias.

### Considerações finais

E, se não bastasse a complexidade das questões que são colocadas a

cada momento e a urgência das soluções, o drama do conhecer aumenta. Do saber para resolver, de ter consciência do que acontece para, na tentativa de controlar os dados, podermos dominar a situação. É a onisciência racional num jogo neurótico, ilustrado com tecnologia, na tentativa de determinar a sorte da existência humana.

Tentando esclarecer o que acontece, a revista *Veja* de 05 de setembro de 2001 publicou uma reportagem relacionada a comportamento (Baptista, 2001, p. 62 a 66), com o seguinte título: “A dor de nunca SABER o bastante”. Nela se explica que: “O excesso de informação provoca a angústia típica dos tempos atuais e leva à conclusão de que, às vezes, saber demais é um problema”. Acentua a necessidade de as pessoas estarem sempre atualizadas para serem bem sucedidas profissionalmente, mas alerta que isso pode provocar a “angústia da informação”.

Evidencia-se, desse modo, um dos mecanismos de mercantilização e alienação que ocorrem através de processos informativos, que muitas escolas utilizam em detrimento do processo de elaboração do conhecimento. Não é a libertação, mas o próprio aprisionamento do homem diante das questões de sua existência, que muito descreve e explica mas que não consegue transformar. É o fetiche do conhecimento, que, ao transformar-se em coisa, desumaniza o homem.

Diante desta problemática, na sociedade em que a mercadoria é o ponto de referência, onde o homem sente-se coisificado, o conhecimento torna-se um fetiche, como poder mágico que poderá resolver todos os problemas de quem o possuir. No mundo atual em que muitas coisas tornam-se virtuais, inclusive o dinheiro, o conhecimento torna-se abstrato, muitas vezes descolado da vida. O sistema produtivo altamente tecnologizado dos dias atuais exige que se saiba pensar, que se utilize o conhecimento de modo criativo, então cabendo à educação

escolar também fazê-lo, porém, com criticidade.

Para finalizar, recupero uma questão levantada por Bosi (2002), ao refletir sobre o tempo e informação. O autor diz que quem “não sabe perguntar, quem não sabe o que perguntar, o que fará com a torrente de informações potenciais que as redes eletrônicas podem oferecer?” Além disso, é preciso entender o que significam as respostas, que sentido têm para a vida do aluno, porque se não qual o significado da escola na vida desse ser que se descobre e questiona sobre o mundo?

### Referências

- BAPTISTA, C. 2001. A dor de nunca saber o bastante. *Veja*, 05 set. 2001. Comportamento, p. 62-66.
- BELL, D. 1973. *The coming of post-industrial society*. New York, Basic Books.
- BOFF, L. 2000. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- BOSI, A. 2002. *Considerações sobre tempo e informação*. Disponível em: <[http://www.usp.br/iea/cidade/textos/tempo\\_info.html](http://www.usp.br/iea/cidade/textos/tempo_info.html)>. Acesso em: 26 mar. 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27839.
- BRASIL. Ministério da Educação. Câmara da Educação Básica. *Resolução nº 2*, de 07 de abril de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 abr. 1998. Seção 1, p. 31.
- BRASIL. Ministério da Educação. Câmara da Educação Básica. *Resolução nº 3*, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino Médio*. Brasília: MEC/SEMTEC, 2002.
- BRASIL é penúltimo de 41 países no desempenho escolar. *Folha Online*, São Paulo, 01 jul. 2003. Disponível em:

- <www.folha.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2003.
- CHAUÍ, M. de S. 2003. A universidade pública sob nova perspectiva. Conferência de abertura da 26ª. *Reunião Anual da ANPEd*. Poços de Caldas, MG. 05 de outubro de 2003. Disponível em: <http://www.anped.org.br/26/marilenachauianped2003.doc>. Acesso em: 30 nov. 2003.
- DELORS, J. 1998. *Educação – um tesouro a descobrir: relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo, Cortez.
- DEMO, P. 2000a. Educar é diferente de educar. *JB Online*, 08 out. 2000. Disponível em: <www.jb.com.br>. Acesso em: 08 out. 2000.
- DEMO, P. 2000b. *Conhecer & aprender*. Porto Alegre, Artes Médicas Sul.
- DIAS, R. 2003. Vida no mundo piora na década de 90. *Folha Online*, 08 jul. 2003. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2003.
- DRUCKER, P. 1979. *The landmarks of tomorrow*. New York, Harper & Row.
- DUALIBI, J. e FRAGA, P. 2003. Brasil sobe para 65º no índice qualidade de vida da ONU. *Folha Online*, 08 jul. 2003. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2003.
- DUARTE, N. 1997. As pedagogias do “aprender a aprender” e algumas ilusões da assim chamada sociedade do conhecimento. *Revista Brasileira de Educação*, jan/abr:35-40.
- GITAHY, A.C.; PEREIRA, R. e MORIER, L. 2003. Brasil reduz pobreza mas mantém desigualdade. País ocupa a 65ª posição no ranking de desenvolvimento das Nações Unidas 2003. 22 milhões sem água potável. *JB Online*, 08 jul. 2003. Disponível em: <www.jb.com.br>. Acesso em: 09 jul de 2003.
- GUIMARÃES, R. 2003. A escola ideal. *Super Interessante*, 189:6-15.
- JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D. 1996. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- LUDWIG, W.L. Disponível em: <http://www.ludwig.com.br/>. Acesso em: 08 jun. 2003.
- MERCADO, L.P.L. 1995. A questão dos conteúdos numa metodologia histórico-crítica. *Revista Educação*, 3(3). Disponível em: <http://www.cedu.ufal.br/revista>. Acesso em: 01 jun. 2003.
- OLIVEIRA, F. e RODRIGUES, L. 2003. Educação segura o Brasil. *O globo Online*, 08 jul. 2003. Disponível em: <www.oglobo.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2003.
- POBREZA atinge 54 milhões. ONU: desigualdade no mundo cresceu. 2002. *O globo Online*, 04 dez. 2002. Disponível em: <www.oglobo.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2003.
- RELATÓRIO da ONU critica FMI e Banco Mundial. Relatório diz que pobreza não acaba até 2015. 2003. *Folha Online*, 08 jul. 2003. Disponível em: <www.folha.com.br>. Acesso em: 09 jul. 2003.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 1999. *Declaração sobre a Ciência e o uso do Conhecimento Científico*. Declaração aprovada na Conferência Mundial sobre a Ciência para o Século Vinte e Um: Um Novo Compromisso. Realizada em Budapeste, Hungria, de 26 de junho a 01 de julho de 1999.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 2001. *Declaração de Cochabamba*. Declaração aprovada durante a VII Sessão do Comitê Intergovernamental Regional do Projeto Principal para a Educação (PROMEDLAC VII). Realizada em Cochabamba, Bolívia, de 5 a 7 de março de 2001.
- UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. 2003. *Declaração de Bávaro*. Declaração aprovada na Conferência Ministerial Regional Preparatória da América Latina e Caribe para a Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação. Realizada em Bávaro, Punta Cana, República Dominicana, de 29 a 31 de janeiro de 2003.

Marco Antonio de Moraes  
Doutorando em Educação/UFRJ. Professor de Filosofia e Sociologia da Educação no Instituto de Educação da UFRJ.